

## TERMO DE REFERÊNCIA

### I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A CONTRATAÇÃO

1. **Processo Sei** n° 2026.0.000000507-6
2. **Órgão:** Defensoria Pública – DPEMT
3. **Número da Unidade Orçamentária:** 10101.
4. **Regime de Execução:** Indireta por preço unitário.
5. **Verba de Convênio:** ( ) Sim (X) Não
6. **Unidade Administrativa Solicitante:** Diretoria de Governança Digital e Inovação.
7. **Área Técnica:** Diretoria de Governança Digital e Inovação.
8. **Artigo de Luxo:** ( ) Sim (X) Não

### II - FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO

#### **1. DO OBJETO SINTÉTICO:**

**1.1.** Contratação de serviço de acesso à API oficial do WhatsApp Business (Meta), por meio de Provedor de Soluções de Negócios (BSP) homologado, na modalidade “API-only”, para integração com o chatbot institucional da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com a empresa SERPRO- Serviço Federal de Processamento de Dados , inscrita no CNPJ sob o n° 33.683.111/0001-07, mediante Dispensa de Licitação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, nos termos do art.75, inciso IX, da Lei Federal n° 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual n° 1.525/2022 e as disposições deste instrumento., pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

#### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1.** A justificativa da necessidade da presente contratação, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, parte integrante dos autos do processo n° 2026.0.000000507-6.

#### **3. DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**3.1.** A contratação será realizada por Dispensa de Licitação, nos termos do inc. IX, art. 75 da Lei Federal n° 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual n° 1.525/2022.

#### **4. DA SOLUÇÃO INDICADA NO ETP:**

**4.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, parte integrante do Processo Sei n° 2026.0.000000507-6.

#### **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1.** A presente contratação visa o fornecimento de acesso, na modalidade “API-only”, à plataforma oficial do WhatsApp Business, por meio de um Provedor de Soluções de Negócios (BSP) homologado pela Meta. Os requisitos a seguir detalham as funcionalidades mínimas que a API deve oferecer para permitir que a equipe técnica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT) desenvolva, integre e opere seu próprio chatbot de atendimento ao cidadão.

**5.2.** A estrutura de requisitos foi modelada com base em soluções já consolidadas no mercado para o setor público, como a documentação da API do Serpro, garantindo clareza técnica e alinhamento com as melhores práticas.

##### **5.3. Requisitos Técnicos da Contratação (Funcionais)**

**5.3.1.** A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

**5.3.1.1.** O BSP contratado deverá disponibilizar um conjunto de endpoints de API RESTful, seguros e bem documentados, que contemple as seguintes funcionalidades:

##### **5.3.2. Autenticação e Autorização:**

**5.3.2.1. Padrão OAuth 2.0:** A API deverá utilizar o protocolo OAuth 2.0 para autenticação. O acesso aos endpoints será concedido mediante a apresentação de um token de acesso (access\_token) temporário.

**5.3.2.2. Geração de Token:** Deverá existir um endpoint específico (ex: POST /oauth2/token) para a geração do token de acesso, que receberá as credenciais da DPEMT (client\_id e client\_secret) e retornará o access\_token com seu respectivo tempo de expiração.

### **5.3.3. APIs de Envio de Mensagens:**

**5.3.3.1. Envio de Mensagem de Texto (Resposta):** Permitir o envio de mensagens de texto livre em resposta a uma interação do usuário, dentro da janela de conversação de 24 horas.

**5.3.3.2. Envio de Mensagem de Notificação (Template):** Endpoint para o envio de mensagens baseadas em modelos pré-aprovados (templates). A API deve permitir o preenchimento de variáveis dinâmicas no corpo e no cabeçalho do template.

**5.3.3.3. Envio de Mensagens Interativas:** Suporte ao envio de mensagens contendo botões de resposta rápida (quick reply) e listas de opções, para facilitar a interação do usuário com o chatbot.

### **5.3.4. APIs de Recebimento de Eventos (Webhook):**

**5.3.4.1. Recebimento de Mensagens do Usuário:** A solução deve permitir o cadastramento de um endpoint de Webhook (URL segura nos servidores da DPEMT) para receber, em tempo real, todas as mensagens enviadas pelos cidadãos. O payload recebido deve conter no mínimo: o número do remetente, o conteúdo da mensagem (texto, ID de mídia, etc.) e um identificador único da mensagem (wamid).

**5.3.4.2. Recebimento de Status de Mensagens:** O mesmo Webhook deverá receber as atualizações de status das mensagens enviadas pela DPEMT, informando quando a mensagem foi enviada, entregue e lida.

**5.3.4.3. Recebimento de Interações:** O Webhook deve ser capaz de receber eventos de interações do usuário com mensagens interativas, como cliques em botões.

### **5.3.5. APIs de Gerenciamento da Conta**

**5.3.5.1. Gerenciamento de Webhook:** Disponibilizar endpoints para cadastrar, consultar, atualizar e excluir a URL do Webhook associada ao número de telefone da DPEMT.

**5.3.5.2. Gerenciamento de Templates:** Permitir a gestão completa dos modelos de mensagem (templates) via API, incluindo a criação, consulta por ID, edição e exclusão dos mesmos.

**5.3.5.3. Consulta de Status de Envio:** Fornecer um endpoint (GET) para consultar o status de uma mensagem específica a partir de seu ID.

**5.3.5.4. Consulta de Histórico de Conversas:** Fornecer um endpoint (GET) para consultar o histórico de uma conversa específica a partir de seu ID.

### **5.3.6. Requisitos Não Funcionais:**

**5.3.6.1. Documentação Técnica:** A contratada deverá fornecer uma documentação da API completa, clara, em português e com exemplos práticos de requisições e respostas (preferencialmente em formato OpenAPI/Swagger).

**5.3.6.2. Suporte Técnico Especializado:** Disponibilizar canais de suporte técnico em português, com Acordo de Nível de Serviço (SLA) definido, para auxiliar a equipe da DPEMT na resolução de problemas durante a integração e operação.

**5.3.6.3. Disponibilidade e Confiabilidade:** Garantir um SLA mínimo de 99,5% de disponibilidade para os serviços da API.

**5.3.6.4. Segurança:** A comunicação com todos os endpoints da API deve ser feita obrigatoriamente via protocolo HTTPS (TLS 1.2 ou superior).

### **5.3.7. Parâmetros e Premissas para a Implementação**

**5.3.7.1.** Esta subseção detalha as condições iniciais e os requisitos específicos para a ativação da API do WhatsApp Business, com base no levantamento de informações preliminares.

### **5.3.8. Volume e Natureza da Comunicação:**

**5.3.8.1.** A solução deverá suportar tanto mensagens reativas (em resposta aos cidadãos) quanto mensagens proativas (disparadas pela DPEMT).

**5.3.8.2.** O volume estimado de tráfego é de aproximadamente 4.000 mensagens por dia, totalizando cerca de 91.000 mensagens mensais.

**5.3.8.3.** Deste total, projeta-se que em torno de 10% das mensagens serão iniciadas pela DPEMT.

**5.3.9. Número de Telefone (WhatsApp):**

**5.3.9.1.** É obrigatório que a implementação utilize o número de telefone móvel que a instituição já possui.

**5.3.9.2.** Atualmente, este número está configurado como uma conta no WhatsApp Business App.

**5.3.10. Conta Meta Business e WABA:**

**5.3.10.1.** A DPEMT já dispõe de um Meta Business Portfolio (antigo Business Manager) corporativo e devidamente verificado.

**5.3.11. Categorias e Modelos de Mensagem (Templates):**

**5.3.11.1.** As categorias de templates a serem utilizadas serão "Utilidade", para as comunicações receptivas, e "Marketing", para as comunicações ativas.

**5.3.11.2.** Não haverá necessidade de templates em múltiplos idiomas, sendo utilizado exclusivamente o português.

**5.3.11.3.** A DPEMT está ciente de sua responsabilidade em formalizar e gerenciar o consentimento (opt-in) dos usuários para o recebimento de mensagens, em conformidade com as políticas da Meta.

**5.4. Requisitos Técnicos de Integração:**

**5.4.1.** A DPEMT já definiu o endpoint (URL/webhook) que será utilizado para o recebimento das mensagens.

**5.4.2.** A alta disponibilidade da infraestrutura é um requisito importante para a solução.

**5.4.3.** Não é necessária a integração com canais de comunicação alternativos (fallback), como SMS ou e-mail.

**5.4.4.** A data limite para a conclusão do processo de onboarding e início da operação é junho de 2026.

**5.5. REQUISITOS TÉCNICOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA):**

**5.5.1. Da Obrigatoriedade de Prestação Integral e Ininterrupta**

**5.5.1.1.** O serviço prestado pela contratada deverá ser de forma contínua, integral e ininterrupta, garantindo a plena disponibilidade do acesso à API oficial do WhatsApp Business durante toda a vigência contratual, em razão de sua natureza essencial para a comunicação institucional da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

**5.5.1.2.** A contratada deverá assegurar o funcionamento permanente de todos os componentes do serviço, incluindo autenticação, envio e recebimento de mensagens, webhooks, integrações sistêmicas e demais funcionalidades previstas, não sendo admitidas interrupções imotivadas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**5.5.2. Fundamentação legal:**

**5.5.2.1. Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021** – conceitua serviços contínuos;

**5.5.2.2. Art. 11, caput** – princípios da eficiência, continuidade e interesse público;

**5.5.2.3. Art. 92, II** – necessidade de definição clara das obrigações contratuais;

**5.5.2.4. Art. 115, II** – execução do contrato conforme as condições estabelecidas;

**5.5.2.5. Art. 124** – responsabilidade da contratada pela adequada execução do contrato.

**5.6. Dos Níveis Mínimos de Serviço (Service Level Agreement – SLA)**

**5.6.1.** A contratada deverá observar, no mínimo, os seguintes níveis de serviço (SLA):

Indicador	Nível Exigido
Disponibilidade mensal do serviço	≥ 99,7%
Abertura de chamados	24 horas por dia, 7 dias por semana
Tratamento de incidentes críticos (indisponibilidade total)	Atendimento ininterrupto (24x7)
Tempo máximo para início de atendimento de incidente crítico	Até 1 (uma) hora
Tempo máximo para restabelecimento do serviço	Até 4 (quatro) horas

**5.6.2.** O descumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas.

**5.6.3. Fundamentação legal:**

**5.6.3.1. Art. 11, caput** – eficiência administrativa;

**5.6.3.2. Art. 92, II** – obrigação de definição de padrões de desempenho;

**5.6.3.3. Art. 115, II** – execução contratual conforme os parâmetros pactuados.

**5.7. Das Penalidades por Indisponibilidade do Serviço**

**5.7.1.** Nos casos de indisponibilidade parcial ou total do serviço, quando comprovadamente imputáveis à contratada, aplicar-se-ão as seguintes penalidades financeiras, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas em lei:

<b>Índice de Disponibilidade Mensal</b>	<b>Medida Aplicável</b>
≥ 99,7%	Sem penalidade
De 98% a < 99,6%	Desconto de 0,5% sobre o valor mensal faturado
De 95% a < 98%	Desconto de 2% sobre o valor mensal faturado
< 95%	Desconto de 5% sobre o valor mensal faturado, sem prejuízo de outras sanções

**5.7.2.** Nos casos de **reincidência ou indisponibilidade crítica que comprometa o atendimento institucional**, poderão ser aplicadas sanções adicionais, inclusive advertência, multa, suspensão ou rescisão contratual.

**5.7.3. Fundamentação legal:**

**5.7.3.1. Art. 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021** – sanções administrativas;

**5.7.3.2. Art. 156, § 2º** – proporcionalidade das penalidades;

**5.7.3.3. Art. 137, III** – possibilidade de rescisão por inexecução

**5.7.3.4. Art. 117** – fiscalização da execução contratual.

**5.8. D**

**a Dedução Automática dos Valores em Fatura**

**5.8.1.** Os valores decorrentes de penalidades por indisponibilidade, descumprimento de SLA ou falhas na prestação do serviço serão automaticamente deduzidos da fatura mensal da contratada, mediante apuração pela fiscalização do contrato, observado o contraditório em sede administrativa.

**5.8.2.** A glosa será aplicada no faturamento subsequente ao período de apuração da indisponibilidade, com base em relatório técnico elaborado pela área responsável pela gestão e fiscalização contratual.

**5.8.3. Fundamentação legal:**

**5.8.3.1. Art. 113, IV, da Lei nº 14.133/2021** – pagamento condicionado à execução adequada;

**5.8.3.2. Art. 117** – atribuições da fiscalização contratual;

**5.8.3.3. Art. 121, III** – gestão e fiscalização do contrato;

**5.8.3.4. Art. 156** – aplicação de sanções.

**5.9. Da Responsabilidade da Contratada pela Continuidade do Serviço**

**5.9.1.** A contratada será integralmente responsável por quaisquer falhas operacionais, interrupções indevidas, degradação de desempenho ou descumprimento dos níveis de serviço pactuados.

**5.9.2.** Eventuais alegações de falhas de terceiros, indisponibilidade de infraestrutura, problemas na plataforma da Meta ou em componentes externos não eximem a contratada de sua responsabilidade contratual, salvo nas hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

**5.9.3. Fundamentação legal:**

**5.9.3.1. Art. 124** – responsabilidade pela execução contratual;

**5.9.3.2. Art. 115, II** – obrigação de cumprimento das condições pactuadas;

**5.9.3.3. Art. 137, III** – rescisão por inexecução.

**5.10.** É vedada, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado de familiar de membro ou servidor da DPEMT, com parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, que tenha participado diretamente do processo de contratação ou preste serviço no órgão, nos termos do art. 13 da Resolução n. 18/2023/DPG, publicada em 07/11/2023.

## 6. DOS ITENS:

**6.1.** O serviço/bem a ser contratado é:

LOTE ÚNICO						
Item	Cód. Pug	Itens de Faturamento	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	86517	WhatsApp Com Imunidade – Serviço de Instalação – Setup	Instalação	1	R\$ 1.891,13	R\$ 1.891,13
02	86517	WhatsApp Com Imunidade – Assinatura mensal	Valor Mensal	12	R\$ 425,5035	R\$ 5.106,04
03	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem de Serviço	Por Mensagem	1.491,00	R\$ 0,0000	R\$ 0,00
04	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Marketing	Por Mensagem	112.728	R\$ 0,5849	R\$ 65.934,61
05	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Utilidade – faixa 0 – de 0 até 250.000	Por Mensagem	225.468	R\$ 0,0636	R\$ 14.339,76
06	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Utilidade – faixa 1 – de 250.001 até 2.000.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0608	R\$ 0,00
07	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Utilidade – faixa 2 – de 2.000.001 até 17.000.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0571	R\$ 0,00
08	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Utilidade – faixa 3 – de 17.000.001 até 35.000.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0543	R\$ 0,00
09	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Utilidade – faixa 4 – de 35.000.001 até 70.000.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0505	R\$ 0,00
10	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Utilidade – faixa 5 – a partir de 70.000.001	Por Mensagem	0	R\$ 0,0477	R\$ 0,00
11	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Autenticação – Faixa 0 – de 0 até 500.000	Por Mensagem	1.419.000	R\$ 0,0636	R\$ 90.248,40
12	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Autenticação –	Por Mensagem	0	R\$ 0,0608	R\$ 0,00

		Faixa 1 – de 500.001 até 3.000.000				
13	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Autenticação – Faixa 2 – de 3.000.001 até 5.250.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0571	R\$ 0,00
14	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Autenticação – Faixa 3 – de 5.250.001 até 10.000.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0543	R\$ 0,00
15	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Autenticação – Faixa 4 – de 10.000.001 até 20.000.000	Por Mensagem	0	R\$ 0,0505	R\$ 0,00
16	86517	WhatsApp Com Imunidade – Mensagem Modelo de Autenticação – Faixa 5 – a partir de 20.000.001	Por Mensagem	0	R\$ 0,0477	R\$ 0,00
17	86517	WhatsApp Com Imunidade – Envio de Mensagem – Simples	Por Mensagem	1.419.000	R\$ 0,0100	R\$ 14.190,00
18	86517	WhatsApp Com Imunidade – Envio de Mensagem – Modelo	Por Mensagem	1.757.196	R\$ 0,0200	R\$ 35.143,92
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL R\$ 226.853,86 (Duzentos e vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).</b>						

## 7. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

**7.1** O valor total estimado para a presente contratação será de **R\$ 226.853,86 (Duzentos e vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos) para um período de 12 meses.**

**7.2.** Os valores constantes neste instrumento foram informados pela Gerência de Cotações, através de realização de pesquisa de preços, conforme Relatório nº 022/2026/GDC/DAC, processo Sei nº 2026.0.000000507-6.

**7.3** O valor estimado da contratação não representa obrigação de execução financeira integral, tratando-se apenas de projeção baseada em cenários de uso, podendo sofrer variações para mais ou para menos, conforme a demanda real de utilização.

**7.4** O faturamento será realizado exclusivamente com base na utilização real dos serviços, considerando:

I – Quantidade efetiva de mensagens trafegadas, por tipo (serviço, utilidade, autenticação, marketing ou outros definidos pela plataforma).

II – Demais eventos tarifáveis efetivamente utilizados, conforme tabela de preços vigente da contratada.

Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, servindo apenas como parâmetro para fins de planejamento orçamentário e julgamento da proposta, não constituindo compromisso de consumo mínimo ou obrigação de contratação integral.

A Contratante somente efetuará o pagamento pelos serviços de fato prestados e devidamente comprovados, mediante relatório detalhado de consumo apresentado pela Contratada.

Não será devido qualquer pagamento por:

I – Serviços não utilizados;

II – Volumes estimados não consumidos;

III – franquias mínimas não atingidas (caso existentes na proposta comercial, estas não terão aplicabilidade contratual).

A contratada deverá disponibilizar mecanismos de transparência e rastreabilidade do consumo, incluindo relatórios mensais detalhados, passíveis de auditoria pela Contratante.

## **8. DO LOCAL E DO PRAZO DA EXECUÇÃO E ENTREGA:**

**8.1.** A contratação direta, com a empresa SERPRO- Serviço Federal de Processamento de Dados, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.111/0001-07, mediante Dispensa de Licitação, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, dos serviços de acesso à API oficial do WhatsApp Business (Meta), por meio de Provedor de Soluções de Negócios (BSP) homologado, na modalidade “API-only”, para integração com o chatbot institucional da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

**8.2.** A execução ocorre quando SERPRO da liberação no sistema e fornecer a senha do sistema, deverá disponibilizar um conjunto de endpoints de API RESTful, seguros e bem documentados, que contemple as seguintes funcionalidades:

**8.2.1.** Autenticação e Autorização:

**8.2.1.1.** Padrão OAuth 2.0: A API deverá utilizar o protocolo OAuth 2.0 para autenticação. O acesso aos endpoints será concedido mediante a apresentação de um token de acesso (access\_token) temporário.

**8.2.1.2.** Geração de Token: Deverá existir um endpoint específico (ex: POST /oauth2/token) para a geração do token de acesso, que receberá as credenciais da DPEMT (client\_id e client\_secret) e retornará o access\_token com seu respectivo tempo de expiração.

**8.3.** A Contratada deverá atender todas as exigências de habilitação e qualificação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; Decreto Estadual nº 1.525/2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021 e no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal;

**8.4.** Todas as despesas com o fornecimento/a execução correrão por conta da empresa Contratada;

**8.5.** Não acarretará quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para a Defensoria Pública Estadual, as despesas com funcionários da Contratada, no fornecimento/execução do objeto;

**8.6.** A Contratada deverá garantir a qualidade dos bens/serviços adquiridos, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução deste instrumento.

**8.7.** A Contratada obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**9.1.** É vedada a transferência e a subcontratação do objeto, devendo a empresa Contratada fornecer integralmente o mesmo.

## **10. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:**

**10.1.** O prazo de vigência da contratação será de **60 (sessenta) meses**, a contar da expedição da Nota de Autorização de Despesa, ou da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada da empresa contratada, nos termos do artigo 6º, inc. XV c/c artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.2.** A possibilidade de extinção ou rescisão devidamente motivada, em observância ao interesse público e às nas hipóteses de:

**10.2.1.** Atualização substancial da plataforma;

**10.2.2.** Alteração relevante de modelo tecnológico ou negocial;

**10.2.3.** Descontinuidade do serviço; ou

**10.2.4.** Superveniência de solução mais vantajosa à Administração;

## **11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:**

**11.1.** O objeto do contrato será recebido conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

**11.2.** Em havendo disposição diversa em contrato, o recebimento se dará nos termos do art. 294 do Decreto Estadual 1.525/2022:

**11.2.1.** em se tratando de compras ou locação de equipamentos, pelo fiscal do contrato:

a) provisoriamente, no ato da entrega, após a conferência do bem e quantidade, mediante Relatório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contratual;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

**11.2.2.** em se tratando de obras e serviços, pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento:

a) provisoriamente, após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação contratual;

b) definitivamente, mediante nova vistoria e relatório detalhado, após as correções e complementações, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato.

**11.2.2.** Constatados defeitos ou inconsistências nos produtos, obras ou serviços, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o Contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual.

**11.2.3.** Não sendo sanadas as irregularidades pelo Contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

**11.2.4.** Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o Contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2.5.** Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo.

## **12. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E OU SERVIÇOS COMUNS:**

**12.1.** Os bens e ou serviços a serem adquiridos enquadrar-se na classificação de comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6, inciso XIII, combinado com o Decreto Federal nº 10.818/2021, art. 2, III.

## **13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**13.1.** A gestão do contrato será realizada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral, com apoio da área técnica responsável pela execução contratual, em conjunto com a Coordenadoria de Contratos da Defensoria.

**13.1.1.** Serão observadas pelos gestores as atribuições elencadas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**13.2.** A fiscalização do Contrato será realizada por um servidor da área técnica ou administrativo responsável pela fiscalização contratual, em conjunto com o gestor do contrato.

**13.2.1.** O fiscal do contrato deverá se atentar a todas as atribuições a ele estabelecidas por meio do art. 15 c/c o art. 310 ao 313 do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e aos procedimentos definidos na Instrução Normativa SCT 02-2022 e atualizações.

**13.3.** Os fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

## **14. DOS CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:**

**14.1.** Não se aplica na presente contratação.

## **15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

### **15.1. Do prazo para pagamento:**

**15.1.1.** O pagamento pela execução do contrato dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, não podendo ultrapassar o prazo previsto no Art. 343, § 1º do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

**15.1.1.1.** O prazo acima mencionado está vinculado ao atesto da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, após a sua emissão, junto a Defensoria Pública Estadual.

**15.1.2.** O pagamento da nota fiscal, fatura ou documento equivalente observará as condições previstas no contrato em conformidade com o art. 372 e seguintes do Decreto Estadual 1.525/2022.

**15.1.3.** Verificadas quaisquer irregularidades, a Defensoria Pública Estadual deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, sem prejuízo do prosseguimento do processo de pagamento.

**15.1.4.** A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública Estadual, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

**15.1.5.** É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Defensoria Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**15.1.6.** Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

**15.1.7.** Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

**15.1.8.** A incidência da atualização financeira prevista no art. 81, inciso XI, alínea “c”, do Decreto Estadual n. 1.525/2022 terá como marco inicial o decurso do prazo de 30 (trinta) dias úteis entre a data do adimplemento da obrigação (entrega da Nota Fiscal) e a do efetivo pagamento, a qual será regida por índice oficial mais vantajoso à Defensoria Pública de Mato Grosso

### **15.2. Do pagamento simplificado:**

**15.2.1.** Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do contratado, para pagamento, no mínimo:

- a) a prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;
- b) a prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do contratado.

**15.3.** Os pagamentos serão realizados mediante a comprovação:

- a) prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;
- b) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;
- c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, previsto no art. 27 da Lei Federal nº 8.036/1990, em plena validade, relativa à Contratada;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal);

e) prova da regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

**15.4.** Sendo a prestação de serviços realizada nas dependências da Defensoria Pública Estadual, reter-se-á da Contratada o percentual de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal ou fatura descontado o valor relativo ao custo dos materiais, quando houver, e recolher-se-á ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a importância em até 20 (vinte) dias do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.

**15.4.1.** O valor retido de que trata o item acima deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

**15.5.** Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos nos itens do pagamento simplificado devem estar válidos até o final do prazo para atesto do respectivo fiscal, não sendo impeditivo para pagamento o seu vencimento após esta data.

**15.5.1.** O atesto do fiscal deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos nesta cláusula e respectivo instrumento contratual.

**15.5.2.** Se for o caso, a liberação de pagamento somente ocorrerá mediante comprovação de quitação das verbas trabalhistas e previdenciárias, havendo a possibilidade de a Administração efetuar o pagamento das verbas trabalhistas, quando estas não forem efetuadas, diretamente aos empregados.

**15.6.** Além dos documentos exigidos nos itens sobre pagamento simplificado poderá ser exigido da Contratada, para fins de pagamento, os documentos previstos no respectivo contrato ou instrumento equivalente.

**15.7.** As demais previsões acerca de pagamento não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

## 16. DAS GLOSAS:

**16.1.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à Contratada, nas seguintes hipóteses:

**a.** Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato ou documento equivalente, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

**b.** Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

**16.2.** Nos casos de falta do trabalhador, sem reposição de mão-de-obra, realizar a glosa da seguinte maneira: dividir o valor do posto por 30 dias e multiplicar pela quantidade de dias de falta sem reposição da mão-de-obra: o resultado será o valor a ser glosado e engloba todos os custos (diretos e indiretos).

**16.3.** Nos casos de glosa de vale transporte quando o funcionário optar por não receber o benefício deve ser glosado o valor mensal provisionado para o VT (descrito na planilha de custos), proporcional ao número de funcionários que não optaram pelo recebimento do benefício.

**16.4.** Nos casos em que a quantidade de dias úteis do mês for inferior ou superior ao parâmetro adotado na planilha de custos para pagamento dos benefícios variáveis (VT e VA), o pagamento dos benefícios é responsabilidade da contratada, a qual deve suportar o ônus de eventual prejuízo ou o bônus de eventual lucro, não cabendo à Contratante interferir nos custos variáveis e incertos da contratada.

**16.5.** As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da Contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, ou documento equivalente, mês da prestação dos serviços, valor recusado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da DPE-MT. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

**16.6.** Na hipótese de silêncio ou inércia da Contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

**16.7.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à Contratada, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

**16.8.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

**16.9.** Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

#### **17. DAS FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO:**

**17.1.** As formas e critérios de seleção da Contratado será por meio de contratação direta na modalidade dispensa de licitação eletrônica, obedecendo a Lei Federa nº 14.133/2021 c/c Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**17.2.** A Contratada deverá atender todas as exigências de **habilitação e qualificação**, nos termos da Lei de Licitações e Contratos.

**17.3.** Para a escolha do Contratado será observado o critério de **menor preço por item**.

#### **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**18.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 10101 – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Projeto/Atividade: 2009

Categoria Econômica: 3.3.90

Elemento de Despesa: 40

Fonte de Recurso: 1.500.0000

IDUSO: 4

Numeração Única: 10101.0001.03.126.036.2009.9900.339040000.15000000.04.1

#### **19. DA GARANTIA DO OBJETO:**

**19.1.** A Contratada deverá garantir a qualidade do objeto adquirido, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da sua má execução.

**19.2.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**20.1.** Será possível a realização de acréscimos ou supressões de quantitativos dos bens, nos termos do art. 124, da Lei Federal nº 13.144/2021 c/c art. 279 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

#### **21. DO REAJUSTE CONTRATUAL:**

**21.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irajustáveis pelo prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato ou documento equivalente a este.

**21.2.** Após o intervalo de um ano, os preços iniciais serão reajustados, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano da data do orçamento estimado, por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**21.3.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do contratado, acompanhada de memorial do cálculo.

**21.4.** Independentemente do requerimento de reajuste formulado pelo contratado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos

custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**21.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**21.6.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**21.7.** A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

**21.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**21.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**21.10.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **22. DA REVISÃO:**

**22.1** A revisão será concedida nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**22.1.1** O prazo para respostas dos pedidos de revisão será de 60 dias úteis.

**22.2.** As demais previsões acerca da revisão não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

## **23. EVENTUAIS PEDIDOS DE REPACTUAÇÃO:**

**23.1.** Não se aplica na presente contratação.

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**24.1.** A Administração convocará a Contratada para assinar o contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo, máximo, de 03(três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial.

**24.2.** Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos ao objeto contratado, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

**24.3.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

**24.4.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**24.5.** Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

**24.6.** Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

**24.7.** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação ao objeto;

**24.8.** Executar a prestação, conforme a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, proposta de preço apresentada, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

**24.9.** Manter, durante o prazo de vigência do contrato, e/ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na contratação;

**24.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria,

imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;

**24.11.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;

**24.12.** Indenizar terceiros e/ou este Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**24.13.** Incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado nos preços ofertados (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);

**24.14.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;

**24.15.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento do objeto em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

**24.16.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

**24.17.** Cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto, que por ventura não tenham sido explicitados neste Termo de Referência, contrato e /ou documento equivalente;

**24.18.** Fornecer o objeto dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;

**24.19.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento do objeto;

**24.20.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimento no objeto a ser fornecido, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**24.21.** Adotar, se for o caso, os princípios da logística reversa na execução do objeto (descarte, rotas de entrega, parcerias, políticas de devolução, etc).

**24.22.** Adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010(Do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão).

## **25. DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA:**

**25.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências da Defensoria Pública;

**25.2.** Permitir ao pessoal da Contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

**25.3.** Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento objeto;

**25.4.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

**25.5.** Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;

**25.6.** Recusar o objeto devolvê-los nas seguintes hipóteses:

**25.6.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

**25.6.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;

**25.6.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.

**25.7.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto Estadual n° 1.525/2022,

**25.7.1.** O pagamento será realizado, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

**25.8.** Se for o caso, exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiverem sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

**25.9.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso – DPE-MT coibirá situações associadas a Assédio Moral, Sexual ou Discriminação conforme Resolução Nº 006/2023/DPG, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por agentes públicos no relacionamento entre seus servidores e a Contratada.

## **26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

**26.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**27.1.** Sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá aplicar à contratada, isolada ou cumulativamente, em caso de ocorrência de irregularidades na execução contratual, as seguintes penalidades:

**27.1.1.** Advertência.

**27.1.2.** Multa.

**27.1.3.** Impedimento de licitar/contratar com a Administração por até 03 anos.

**27.1.4.** Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos ou até reabilitação.

**27.2.** A sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

**27.3.** A aplicação da penalidade de multa ocorrerá quando da inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado, que será aplicada por infração, obedecidos os seguintes limites:

<b>Execução do contrato</b>	
<b><u>30% (trinta por cento)</u></b>	sobre o valor atualizado do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação.
<b><u>0,5% (cinco décimos por cento)</u></b>	ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento do objeto não realizado.
<b><u>0,7% (sete décimos por cento)</u></b>	por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento do objeto não realizado, até o 30º (trigésimo).
<b><u>0,5% (cinco décimos por cento)</u></b>	por dia de atraso sobre o valor total atualizado do contrato, até o 30º (trigésimo), pela não apresentação da garantia contratual (quando for exigido), seja para reforço ou por ocasião de prorrogação.

**27.4.** A multa será aplicada conforme o quadro de infração descrito anteriormente e será apurada e aplicada de forma autônoma a cada ocorrência.

**27.5.** Para os casos de multas não previstas neste instrumento, aplicar-se-á o valor de até 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do contratado, apurado até o momento da respectiva ocorrência.

**27.6.** A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada do pagamento a que fizer jus.

**27.7.** A contratada que não tiver valores a receber da DPE-MT, deverá efetuar o pagamento da multa.

**27.7.1.** No caso de não pagamento no prazo estabelecido, o valor será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

**27.8.** Não sendo realizado o pagamento da multa, os dados da contratada serão encaminhados ao órgão competente visando a inscrição do débito em dívida ativa, observada a ampla defesa e o contraditório, conforme previsto no artigo 157 da Lei 14.133/2021.

**27.9.** Sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e demais cominações legais, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de até 3 (três) anos, aos licitantes que:

**27.9.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**27.9.2.** dar causa à inexecução total do contrato;

**27.9.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**27.9.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**27.9.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**27.9.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**27.10.** Sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e demais cominações legais, será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade aos licitantes que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos:

**27.10.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**27.10.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**27.10.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**27.10.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**27.10.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

**27.11.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, conluio entre empresas, em qualquer momento da contratação.

**27.12.** As contratadas que sofrerem as penalidades de impedimento de licitar/contratar com administração e de declaração de inidoneidade poderão, também, ser descredenciadas no Sistema SICAF ou sistemas de cadastramento unificado de fornecedores.

**27.13.** As penalidades serão registradas nos sistemas de Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

**27.14.** Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**27.15.** Na aplicação das sanções administrativas, a DPE-MT deverá observar:

**27.15.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**27.15.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**27.15.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**27.15.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**27.15.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**27.15.6.** situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

**27.15.7.** a conduta praticada e a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**27.16.** O atraso superior a 30 (trinta) dias, durante a execução do contrato, autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

**27.17.** As multas e sanções previstas neste instrumento não eximem a contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração.

**27.18.** A comunicação será efetuada por meio eletrônico, devendo a Contratada comunicar à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, qualquer alteração ocorrida no endereço de e-mail e telefone.

**27.18.1.** O prazo estipulado nas notificações enviadas por meio eletrônico se inicia no dia útil subsequente ao do recebimento do e-mail, independentemente de confirmação de leitura.

**27.19. Da aplicabilidade e da Dosimetria das Sanções com relação a LGPD, Plano de Integridade, Conflito de Interesses e Critérios de Sustentabilidade.**

**27.19.1.** O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela Contratada referentes às cláusulas estabelecidas neste instrumento contratual, ensejará a aplicação das sanções previstas neste instrumento, observados o contraditório e a ampla defesa.

**27.19.1.1.** As penalidades serão fixadas pela Administração de acordo com a gravidade da infração e a extensão do prejuízo sofrido pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, podendo compreender, isolada ou cumulativamente: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a DPEMT, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como a rescisão contratual imediata, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados e da responsabilização administrativa, civil e penal cabível, conforme tabelas de dosimetria.

**27.19.2.** A dosimetria das sanções indicadas abaixo considerará gravidade, o prejuízo concreto, a reincidência, o dolo ou a culpa, bem como o grau de cooperação da Contratada.

**27.19.2.1.** Os percentuais de multa fixados estão em consonância com o que preceitua art. 156, III, da Lei 14.133/2021.

**27.19.2.2.** A rescisão contratual e declaração de inidoneidade ficam reservadas a casos comprovadamente de gravidade máxima.

**27.20.** Segue abaixo tabelas de dosimetria de sanções com relação a LGPD, Plano de Integridade, Conflito de Interesses e Critérios de Sustentabilidade:

Tabela de Dosimetria de Sanções – LGPD				
Nº	Tipo de Descumprimento	Gravidade	Critério de Mensuração (impacto/prejuízo)	Sanção Aplicável
01	Descumprimento de finalidade do tratamento de dados	Média	Uso indevido sem dano direto aos titulares ou à DPEMT	Advertência ou Multa leve (0,1% a 0,5% do valor contratual)
02	Falha em medidas de segurança da informação	Alta	Vazamento ou risco significativo de exposição de dados	Multa grave (0,5% a 2% do valor contratual) + possível Suspensão
03	Violação de sigilo/confidencialidade	Alta	Acesso indevido ou divulgação de dados sensíveis	Multa grave (até 2%) + Suspensão de contratar até 2 anos
04	Subcontratação ou compartilhamento sem autorização	Média	Sem dano direto, mas risco potencial à DPEMT	Multa média (0,5% a 1%) + Advertência
05	Não comunicação imediata de incidente	Alta	Atraso que agrava dano à instituição	Multa grave (até 2%) + Suspensão
06	Não descarte seguro ou devolução de dados	Média	Descumprimento sem causar dano efetivo	Advertência ou Multa média

07	Obstrução à auditoria ou fiscalização	Alta	Recusa ou sonegação de informação	Suspensão + Multa grave
08	Danos efetivos a titulares ou à DPEMT	Gravíssima	Sanção da ANPD, dano financeiro, imagem pública	Rescisão contratual imediata + Declaração de inidoneidade

**Tabela de Dosimetria de Sanções – Plano de Integridade**

Nº	Tipo de Descumprimento	Gravidade	Critério de Mensuração (impacto/prejuízo)	Sanção Aplicável
01	Práticas em desacordo com valores institucionais da DPEMT (falta de transparência, legalidade, zelo pelo interesse público)	Média/Alta	Compromete imagem institucional ou gera risco reputacional	Advertência ou Multa média (0,5% a 1%)
02	Omissão na cooperação, ocultação de informações ou falhas/fraudes não comunicadas	Alta	Prejuízo à investigação ou à fiscalização	Multa grave (1% a 2%) + Suspensão de contratar (até 2 anos)
03	Não orientar prepostos sobre o Canal de Denúncias	Média	Descumprimento formal, sem dano imediato	Advertência simples
04	Descumprimento de cláusulas de compliance, governança e integridade	Alta	Afeta diretamente a integridade da contratação	Multa grave (1% a 2%) + Suspensão
05	Desrespeito às determinações do Comitê de Integridade/Controle Interno	Média/Alta	Impacto na execução contratual ou reincidência	Multa média (0,5% a 1,5%)

**Tabela de Dosimetria de Sanções – Conflito de Interesses**

Nº	Tipo de Descumprimento	Gravidade	Critério de Mensuração (impacto/prejuízo)	Sanção Aplicável
01	Existência de vínculo vedado com membro ou servidor da DPEMT	Gravíssima	Contratação irregular em afronta à lei	Rescisão contratual imediata + Declaração de inidoneidade
02	Uso ou divulgação de informação privilegiada	Gravíssima	Prejuízo à isonomia e ao interesse público	Rescisão contratual + Multa máxima (até 2%) + Declaração de inidoneidade
03	Obstrução de fiscalização, auditoria ou diligências	Alta	Afeta transparência e controle	Multa grave (1% a 2%) + Suspensão
04	Não comunicação de conflito superveniente em até 5 dias úteis	Média/Alta	Risco potencial sem dano imediato, mas relevante	Advertência ou Multa média (0,5% a 1%)
05	Descumprimento da Responsabilidade Ética assumida pelos representantes legais	Alta	Fragiliza mecanismos de integridade contratual	Multa grave + Suspensão
06	Descumprimento reiterado, dolo comprovado ou uso indevido de informação privilegiada	Gravíssima	Prejuízo institucional relevante e intencional	Rescisão imediata + Declaração de inidoneidade

**Tabela de Dosimetria de Sanções – Critérios de Sustentabilidade**

Nº	Tipo de Descumprimento	Gravidade	Critério de Mensuração (Impacto / Prejuízo)	Sanção Aplicável (art. 156, Lei 14.133/2021)
01	Descumprimento da legislação ambiental (13.1)	Grave	Dano ambiental direto, autuação por órgão ambiental, reincidência ou risco à saúde pública.	Multa de 10% a 20% do valor do contrato; suspensão temporária de participação em licitação (até 3 anos); possível rescisão contratual.
02	Ausência de comprovação de práticas ambientais (13.1.1)	Média	Falta de documentação comprobatória, sem dano concreto ao meio ambiente.	Advertência formal e prazo para regularização; em caso de reincidência, multa de até 2% do valor da obrigação.
03	Descarte inadequado de resíduos sólidos (13.2 / 13.2.1)	Grave	Descarte irregular com impacto ambiental comprovado ou ausência	Multa de 5% a 15% do valor do contrato; obrigação de reparação do

			de logística reversa obrigatória.	dano; possibilidade de suspensão de contratar com a Administração.
04	Falta de orientação ambiental aos empregados (13.3)	Leve	Ausência de registro de treinamentos ou ações educativas.	Advertência formal; em reincidência, multa de até 1% do valor da obrigação.
05	Dano ambiental causado pela execução contratual (13.4)	Gravíssima	Poluição, contaminação, dano a fauna, flora ou patrimônio público.	Multa de 15% a 20%; obrigação de reparação integral e ressarcimento ao erário; rescisão contratual; declaração de inidoneidade (art. 156, IV).
06	Ausência do PGRCC em obras/serviços de engenharia (13.5.1)	Média	Falta de apresentação ou cumprimento parcial do plano.	Multa de até 5% do valor da obrigação; advertência e prazo para correção.
07	Despejo irregular de efluentes, resíduos ou poluentes (13.5.1.2)	Gravíssima	Contaminação de corpos d'água, solo ou redes públicas.	Multa de 15% a 20%; obrigação de reparação; rescisão contratual.
08	Não adoção de soluções de eficiência energética ou materiais sustentáveis (13.5.2)	Média	Não cumprimento de exigência prevista em projeto básico.	Multa de até 3% do valor do item; advertência.
09	Uso de madeira não certificada (13.5.3)	Grave	Utilização de madeira sem comprovação de origem legal.	Multa de 10% do valor do contrato; comunicação ao órgão ambiental; possível rescisão contratual.
10	Fornecimento de produtos sem certificação ambiental exigida (13.6.1)	Média	Entrega de bens sem selo ambiental obrigatório.	Multa de 3% a 10% do valor do item; substituição obrigatória.
11	Omissão na logística reversa de embalagens/equipamentos (13.6.2)	Grave	Falta de comprovação de recolhimento; risco ambiental.	Multa de 5% a 15%; suspensão temporária até regularização.
12	Uso de produtos não biodegradáveis em serviços continuados (13.7.1)	Leve/Média	Impacto ambiental leve; uso eventual e corrigível.	Advertência; multa de até 2% em caso de reincidência.
13	Descumprimento da coleta seletiva e destinação correta de resíduos (13.7.2)	Média	Acúmulo de resíduos ou descarte em local indevido.	Multa de 5%; advertência e obrigação de regularizar.
14	Descarte inadequado de equipamentos/mídias de TI (13.7.3)	Grave	Falta de certificado de destinação; risco de vazamento de dados.	Multa de 10%; obrigação de comprovar destinação; possível suspensão.
15	Ausência de comprovação de medidas de redução/compensação de GEE (13.8)	Média	Omissão documental; impacto indireto.	Advertência; multa de até 3% do valor da obrigação.
16	Não utilização de fontes renováveis ou veículos de baixa emissão quando previsto (13.9)	Leve/Média	Impacto ambiental indireto; descumprimento de meta contratual.	Advertência; multa de até 2% do valor da obrigação.

**27.21.** Todas as questões referentes as sanções administrativas não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

## **28. DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA:**

**28.1.** A Contratada reconhece os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

**28.1.1.** Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com o Capítulo X do Decreto Estadual nº 1.525/2022;

**28.1.2.** Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

**28.1.3.** Fiscalizar a execução do ajuste.

## **29. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

**29.1.** O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com Capítulo X do Decreto Estadual nº 1.525/2022, acarretando as consequências previstas legalmente;

**29.2. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa.**

**29.3.** A rescisão, por algum dos motivos previstos Lei Federal nº 14.133/2021, não dará à Contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

**29.4.** A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes do futuro e eventual Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

**29.5.** Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante, previstas no Contrato e comprovadamente realizadas pela Contratada.

**29.6.** Todas as questões referentes a extinção contratual não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

## **30. DO CUMPRIMENTO À POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA DPEMT:**

**30.1.** A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições da Resolução nº 017/2025/DPG, que institui a **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PPP)** no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), os regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e demais normas correlatas, sempre que suas atividades envolverem o tratamento de dados pessoais no contexto deste instrumento, observando, no mínimo:

**30.1.1.** a finalidade e a limitação do tratamento, ao efetuar o tratamento de dados pessoais única e exclusivamente para os fins definidos no presente instrumento, sendo vedado o uso para propósitos distintos dos expressamente autorizados pela DPEMT;

**30.1.2.** a segurança da informação e boas práticas, com a adoção de medidas técnicas e administrativas eficazes para proteção dos dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos da LGPD, incluindo o armazenamento seguro e a rastreabilidade das operações;

**30.1.3.** a responsabilidade e o sigilo das informações, restringindo o acesso aos dados pessoais às pessoas autorizadas e previamente orientadas, que deverão assinar termos de responsabilidade e confidencialidade, conforme previsto na Resolução nº 017/2025/DPG;

**30.1.4.** a subcontratação e o compartilhamento de dados com a prévia e expressa autorização da Administração para subcontratar terceiros que venham a realizar operações de tratamento de dados pessoais, devendo garantir que tais subcontratados estejam igualmente vinculados às disposições da PPPD e da LGPD;

**30.1.5.** a comunicação formal de incidentes e de forma imediata à DPEMT diante de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados no âmbito do contrato;

**30.1.6.** a eliminação de dado com o descarte seguro ou devolução à DPEMT dos dados pessoais tratados, ao final da execução do contrato ou quando encerrada a finalidade do tratamento, observadas as hipóteses legais de retenção previstas no art. 16 da LGPD;

**30.1.7.** a cooperação e auditoria das informações disponibilizando-as sempre que requisitado pela Administração, inclusive permitindo auditorias, inspeções e verificações quanto à aderência às normas de proteção de dados;

**30.1.8.** a responsabilidade legal, respondendo administrativa, civil e criminalmente, conforme o caso, por eventuais danos decorrentes do descumprimento das normas sobre proteção de dados

peçoais, inclusive sujeitando-se às penalidades previstas na legislação vigente e neste instrumento.

**30.1.9.** A inobservância de quaisquer disposições constantes nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste instrumento e nas normas da DPEMT, sem prejuízo da apuração de responsabilidades legais junto às autoridades competentes.

### **31. DO ATENDIMENTO AO PLANO DE INTEGRIDADE DA DPE-MT:**

**31.1.** A Contratada declara ciência e compromete-se a observar, no que couber, os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano de Integridade da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, aprovado e publicado pela Administração Superior da DPEMT, como medida de fomento à cultura ética, íntegra e transparente nas contratações públicas, especialmente quanto à:

**31.1.1.** prevenção e conduta ética, devendo abster-se de quaisquer práticas que possam configurar infrações éticas, atos de improbidade administrativa ou condutas em desacordo com os valores institucionais da DPEMT, tais como transparência, *accountability*, respeito à legalidade e zelo pelo interesse público;

**31.1.2.** cooperação para detecção e correção de eventuais falhas, fraudes, desvios ou condutas ilícitas, mediante o fornecimento tempestivo de informações, documentos e registros relativos à execução contratual, quando solicitado, colaborando com a Contratante;

**31.1.3.** orientação de seus prepostos quanto à existência do Canal de Denúncias da DPE-MT, destinado ao recebimento de relatos sobre irregularidades, fraudes ou violações éticas, comprometendo-se a cooperar com eventuais apurações e investigações promovidas pela instituição;

**31.1.4.** responsabilidade e integridade nas relações contratuais, adotando postura proativa na prevenção de riscos à integridade da contratação, inclusive mediante o cumprimento de cláusulas de compliance, boas práticas de governança, controle interno e integridade, conforme aplicável;

**31.2.** compromisso com a conformidade institucional, respeitando as normativas, orientações e determinações oriundas do Comitê de Integridade da DPE-MT ou da Unidade de Controle Interno da Contratante, inclusive quanto às atualizações do Plano de Integridade durante a vigência do ajuste;

**31.3.** O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

### **32. DO CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO DA DPE-MT:**

**32.1.** A Contratada obriga-se a cumprir, no que couber, a Resolução nº 018/2023/DPG, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargos de membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, DECLARANDO:

**32.1.1.** que não mantém relação que configure conflito de interesses com membros ou servidores da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sob as penas da lei;

**32.1.2.** ciência de que é vedada a contratação ou manutenção de vínculo contratual com pessoa física ou jurídica cujo sócio, administrador ou representante legal seja cônjuge, companheiro(a), ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de membro ou servidor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso com atuação na área responsável pela demanda, contratação ou fiscalização do presente contrato.

**32.1.3.** que se compromete a não utilizar nem divulgar, para si ou para terceiros, informações privilegiadas obtidas em razão da execução contratual, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais.

**32.1.4.** que adotará padrões de integridade, transparência e conduta ética, devendo colaborar com fiscalizações, auditorias e diligências realizadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou pelos órgãos de controle, inclusive no tocante à prevenção de fraude, corrupção e conflito de interesses.

**32.1.5.** que se compromete a comunicar, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer situação superveniente que possa caracterizar conflito de interesses ou afetar a execução contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e nesta avença.

**32.1.6.** que os seus representantes legais assumem conjuntamente a Responsabilidade Ética e de Prevenção a Conflito de Interesses, declarando ciência e integral observância das disposições da Resolução nº 018/2023/DPG.

**32.1.7.** que o descumprimento das disposições constantes das cláusulas anteriores, bem como a constatação de conflito de interesses ou uso indevido de informação privilegiada, constitui motivo para rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

### **33. DA SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:**

**33.1.** A Contratada obriga-se a cumprir, no que couber, a Resolução nº 027/2025/DPG, de 29/09/2025, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade nas aquisições da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, observando:

**33.1.1.** O cumprimento integral da legislação ambiental vigente (federal, estadual e municipal), bem como as normas técnicas aplicáveis ao objeto do contrato, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, podendo, nos casos mais graves ou em caso de reincidência, ensejar a rescisão contratual.

**33.1.1.1.** A Contratante deverá, no exercício da fiscalização contratual, solicitar, sempre que necessário, documentos ou relatórios que comprovem a adoção de práticas ambientais compatíveis com a execução do objeto, em conformidade com o art. 225, da CF/88, do art. 5o da Lei no 14.133/2021, bem como com o art. 23 da LC no 582/2017.

**33.2.** A adoção de práticas de manejo e descarte ambientalmente adequados de resíduos sólidos, inclusive perigosos, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), e, quando cabível, realizar logística reversa dos produtos.

**33.2.1.** É vedada a destinação inadequada de resíduos sólidos gerados pela execução contratual, devendo a contratada comprovar sua destinação final ambientalmente correta, nos termos da Lei nº 12.305/2010; art. 45, Lei nº 14.133/2021.

**33.3.** A orientação dos seus empregados sobre boas práticas ambientais relacionadas à execução do contrato, de forma a evitar desperdícios e reduzir impactos ambientais.

**33.4.** A sua responsabilidade por eventuais danos ambientais decorrentes da execução do contrato, devendo adotar medidas imediatas para reparação e ressarcimento ao erário, sem prejuízo das demais sanções legais.

**33.5. Para a Contratações de Bens (materiais de consumo, equipamentos, mobiliário, etc.), a CONTRATADA deverá:**

**33.5.1.** Fornecer produtos com certificações ambientais reconhecidas (tais como FSC, Procel ou ISO 14001), quando expressamente exigido no edital ou termo de referência, de forma justificada pela Administração, nos termos do art. 42, III, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 25 da LC nº 582/2017.

**33.5.2.** Realizar a logística reversa de embalagens e equipamentos ao término da vida útil, apresentando comprovantes de recolhimento, nos termos da Lei nº 12.305/2010; art. 45, Lei nº 14.133/2021.

### **34. DOS CASOS OMISSOS:**

**34.1.** Os casos omissos da contratação serão resolvidos através dos seguintes dispositivos legais: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 10.406/2002, Lei Federal nº 8.078/1990, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Lei Estadual nº 11.123/2020 e todas alterações posteriores e, supletivamente, dispositivos legais aplicáveis e vigentes, bem como os princípios da teoria geral dos contratos, disposições de direito administrativo e direito privado.

**34.2.** Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, durante a realização da contratação e da respectiva execução contratual, a Defensoria Pública poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de

consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

**34.3.** O compromisso referido no item anterior buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais; não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral; deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

### 35. DA VINCULAÇÃO:

**35.1.** Vincula-se ao contrato e/ou documento equivalente a este, Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e anexos, proposta da Contratada, e a Nota de Autorização de Despesa.

### 36. DISPOSIÇÕES FINAIS:

**36.1.** A Defensoria Pública Estadual providenciará a divulgação da presente contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas, que é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do instrumento, conforme art. 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com o Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**36.2.** Fica eleito o Foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Instrumento Contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, ou outros meios de resolução de conflitos, conforme § 2º do art. 247 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

Cuiabá/MT, 22 de abril de 2026.

**DANILLO FERNANDO  
DE AMORIM**

**ALMEIDA:01465584137**

Assinado de forma digital por  
DANILLO FERNANDO DE AMORIM  
ALMEIDA:01465584137

Dados: 2026.04.23 15:18:50 -03'00'

Danillo Fernando de Amorim Almeida  
Gerência de Elaboração de Instrumento Licitatório - Coordenadoria de Licitações  
Diretoria de Aquisições e Contratos

#### De acordo:

**RENAN APARECIDO  
DA**

Assinado de forma digital por  
RENAN APARECIDO DA  
SILVEIRA:00995154155

**SILVEIRA:00995154155** Dados: 2026.04.22 15:36:13 -04'00'

Renan Aparecido da Silveira  
Coordenador de Desenvolvimento e Inovação  
Diretoria de Governança Digital e Inovação